

DOSSIÊ

GARIMPO NO XINGU

1- EPIDEMIA DE GARIMPO

Uma nova onda de garimpos ilegais ameaça Áreas Protegidas da bacia do Xingu e à sobrevivência dos povos indígenas e ribeirinhos que ali vivem. A partir de 2018 e durante todo o ano de 2019 áreas de garimpo foram abertas ou reativadas em três Terras Indígenas e quatro Unidades de Conservação na região. O garimpo ilegal ganhou força em novas regiões, ativando áreas que estavam fechadas há mais de 14 anos. Apenas entre abril e maio de 2020 foram abertos 562 hectares associadas à exploração garimpeira, comprometendo a qualidade das águas em 20 sub-bacias do rio Xingu. Ao todo já foram desmatadas aproximadamente 22 mil hectares de floresta por causa do garimpo.

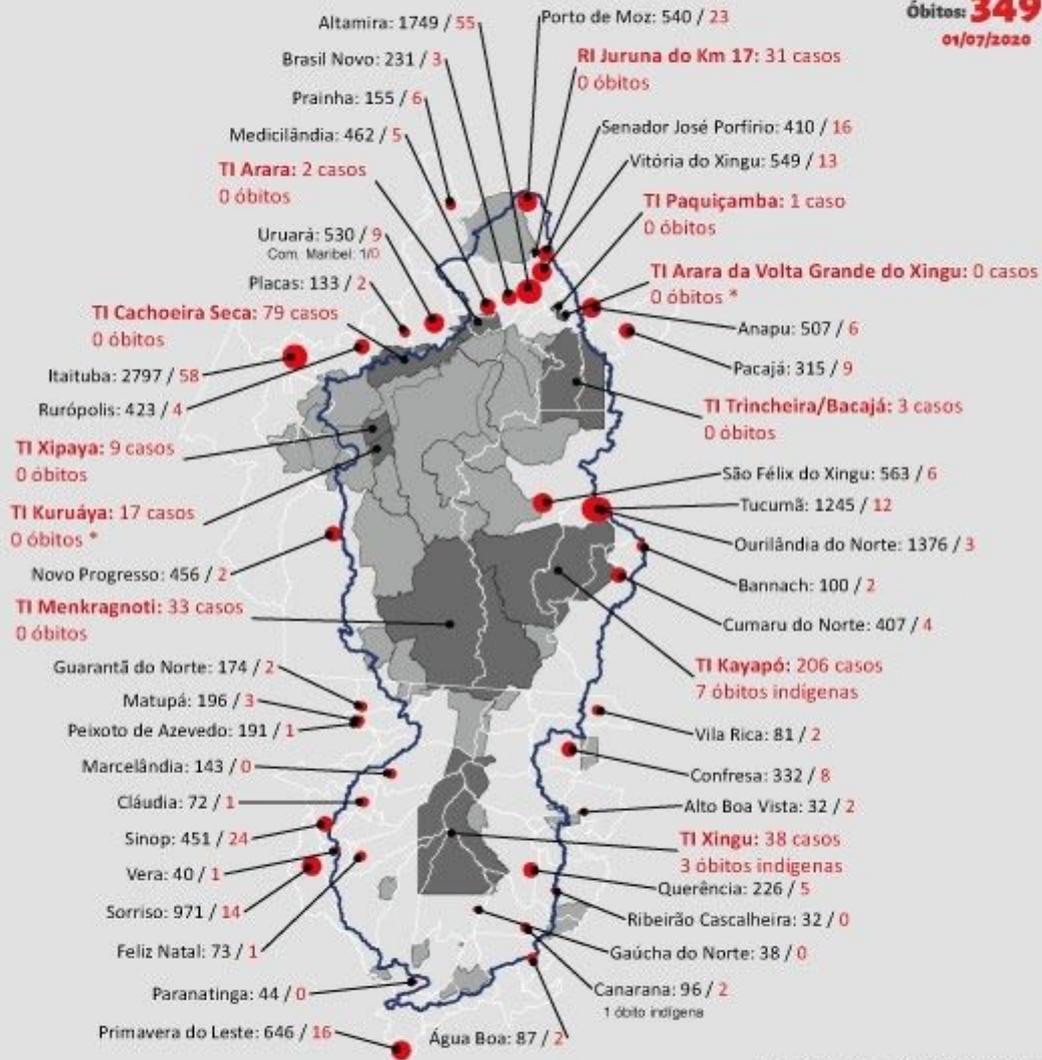
Da invasão de milhares de garimpeiros no território dos Kayapó na década de 1980 ao aperfeiçoamento do maquinário e propostas de flexibilização da legislação, como o PL 191/2020, o garimpo ilegal avançou a partir de 2018 e novas áreas se consolidaram em 2019.

Com a disseminação da Covid-19 pelo país, a invasão de garimpeiros dentro das Terras Indígenas e Unidades de Conservação representa uma dupla ameaça: o contágio dos povos indígenas e populações tradicionais e a destruição da floresta.

Casos confirmados para COVID-19 na bacia do Xingu

Casos confirmados: **17.744**

Óbitos: **349**
01/07/2020



* Municípios da região da Bacia do Xingu



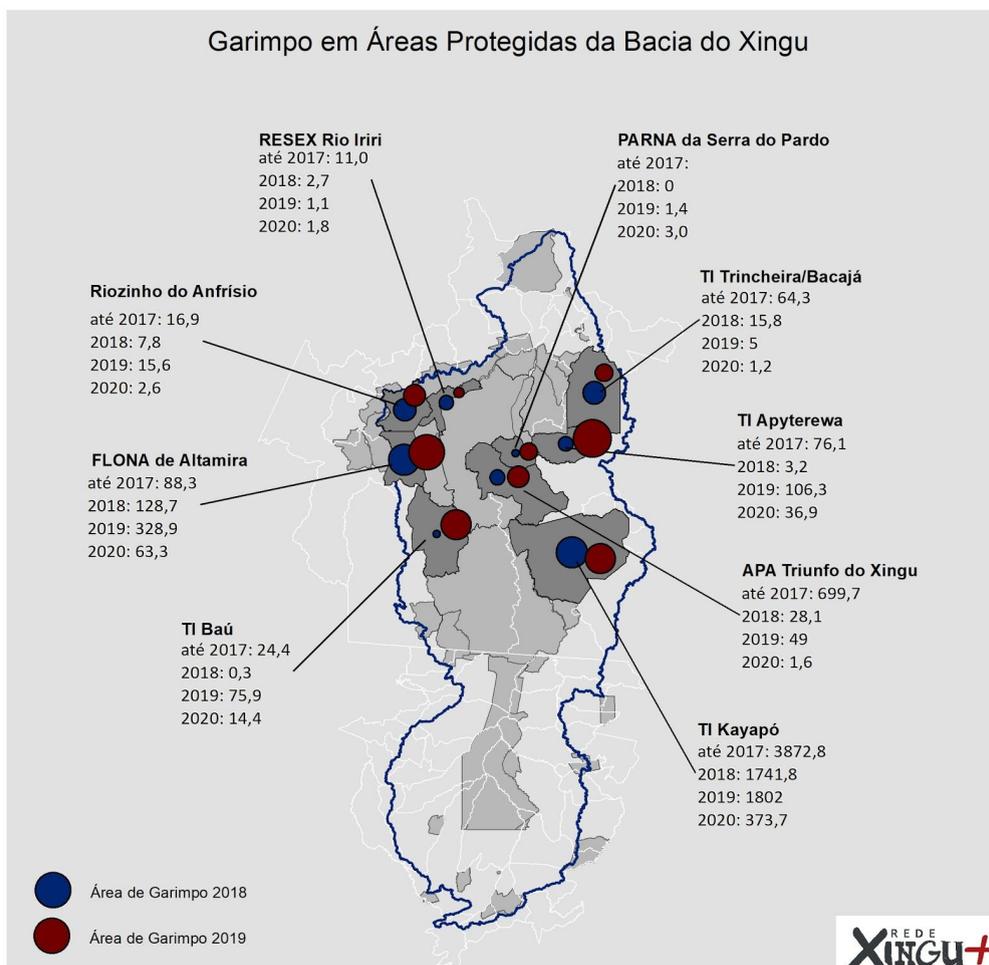
No mapa estão ilustrados os municípios no Pará (PA) com mais de 100 casos e os municípios no Mato Grosso (MT) com mais de 40 casos registrados
 Fonte: boletins epidemiológicos divulgados pelos municípios, DSEIs, Grupo interinstitucional de enfrentamento a Covid-19 no Xingu e Instituto Kabu
 *Dados de óbitos retificados pelos Dseis

Com 684 hectares desmatados nos primeiros cinco meses de 2020, a Terra Indígena Kayapó. é a mais impactada pelo garimpo na bacia do Xingu e também é com maior número de casos de contágio e morte por Covid -19. Já são ao menos seis mortes e 206 casos confirmados, segundo o Dsei do dia 19/06. O Pará, estado que concentra o garimpo ilegal no Xingu, já confirmou **101 mil casos de Covid-19 e 4,8 mil mortes**¹.

Sobrevoos realizados no início de abril de 2020 revelaram que as áreas de garimpo na Terra Indígena (TI) Baú estão sendo exploradas com maior intensidade nos últimos meses: “A combinação atual de uma pandemia, com o grande aumento do preço do ouro verificado nas últimas semanas, somada às restrições a operações de vigilância e repressão aos ilícitos por parte do estado faz com que nossas comunidades estejam correndo grande perigo neste momento”, diz o texto de uma das denúncias enviadas ao Ministério Público Federal.

Nas Unidades de Conservação da bacia o cenário também é desolador. **Na Floresta Nacional (Flona) de Altamira** foram detectados garimpos ilegais dentro de uma área de concessão florestal, em que 138 hectares foram desmatados para exploração mineral entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020. Na **Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio**, um garimpo ilegal voltou a funcionar em 2018 após 14 anos fechado.

¹ Secretaria de Saúde do Pará, dados de 28/06/2020.



A elevada cotação do ouro no mercado internacional sustenta essa atividade de forte risco e que implica em enormes prejuízos sociais e ambientais. O garimpo contemporâneo, incluindo o garimpo ilegal em territórios protegidos na Amazônia, corresponde atualmente a uma complexa rede articulada, capitalizada e liderada por empresários chefes de cooperativas profissionais.

Entre 2019 e 2020, a Rede Xingu +, articulação de indígenas, ribeirinhos e parceiros que atuam na bacia do Xingu, **protocolou 12 denúncias aos órgãos públicos relativas ao garimpo ilegal nas TIs Kayapó e Baú, do povo Kayapó, TI Apyterewa, dos Parakanã, nas Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri, no Parque Nacional da Serra do Pardo e na Flona Altamira.** Além da derrubada de floresta para a atividade ilegal e a contaminação dos recursos naturais, foram denunciadas a abertura de estradas e pistas de pouso.

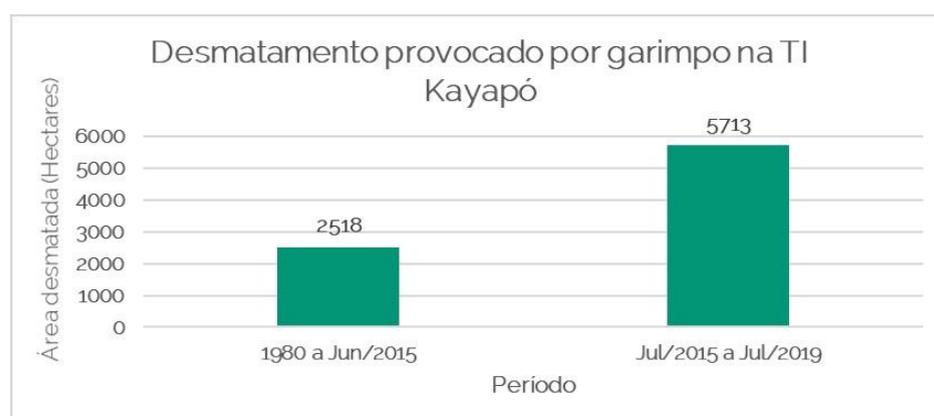
2 - A DESTRUIÇÃO SEGUE O LEITO DO RIO

2.1 - TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

A atividade garimpeira ilegal na Terra Indígena Kayapó teve início começo da década de 1980, no leito do rio Arraias, um tributário do rio Fresco. Os garimpos seguiram ativos até meados da década de 1990, quando a atividade retraiu. Nesta mesma época surgiu outro foco de atividade garimpeira a montante da aldeia Gorotire, no rio Fresco, um dos principais tributários do Xingu próximo à cidade de São Félix do Xingu.

Em 2014, uma nova frente garimpeira começou a operar na região do rio Branco, no limite nordeste da TI Kayapó. A atividade iniciou de forma incipiente e acelerou a partir de 2015, promovendo danos extensos e irreparáveis à calha do rio Branco e às populações das aldeias próximas aos garimpos. A partir de 2018, a atividade garimpeira ali começou a declinar, mas migrou novamente para os rios Arraias e Fresco, atualmente em rápida expansão.

Em apenas quatro anos, entre julho de 2015 e julho de 2019, 5.713 hectares já foram destruídos pela atividade garimpeira que se aproxima cada vez mais das aldeias, colocando a saúde dos indígenas em risco e provocando conflitos associados à repartição inadequada dos benefícios gerados, à promoção da prostituição, assim como à violência causada pela facilidade de acesso a bebidas alcoólicas e outras drogas. Este número é maior do que o dobro de todo o desmatamento ocorrido na TI Kayapó desde a década de 1980 até junho de 2015. Em 2020, apenas nos cinco primeiros meses do ano, já foram desmatados 684 hectares - 182 ha só em maio.



Em outubro de 2019 uma denúncia revelou a existência dos garimpos ilegais no nordeste e sudeste da TI, além de 1.327 quilômetros de estradas ilegais (sendo 918 km associados ao garimpo) e seis pistas de pouso. No início deste ano, mais uma denúncia apontou a abertura de novas áreas de garimpo em afluentes do rio Fresco e a abertura de mais uma pista de

pouso.

Após um ano sem fiscalização, uma operação ao norte da TI aconteceu em abril, mas a incerteza da continuidade de ações efetivas de combate à atividade ilegal preocupa povos indígenas e parceiros.

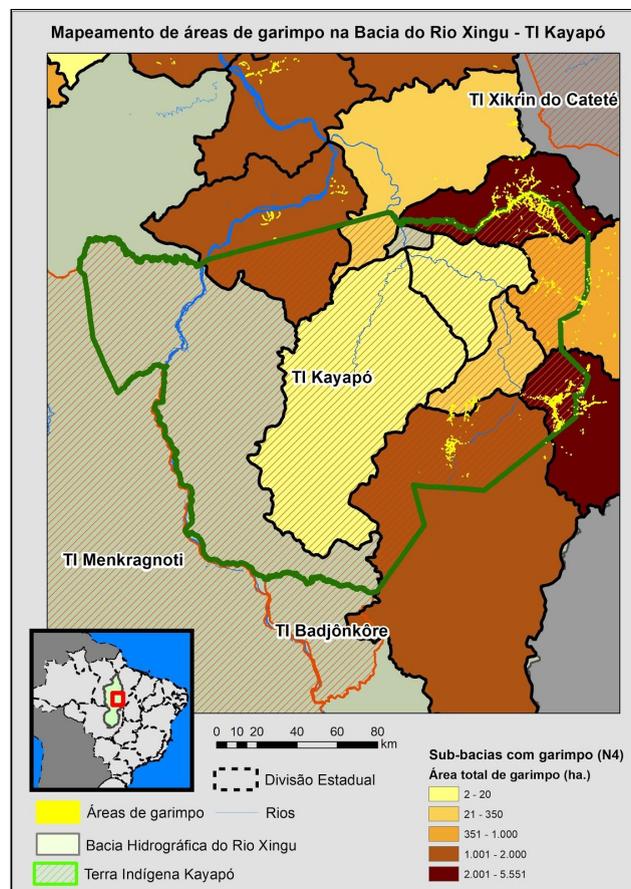


Imagem de satélite mostra aldeia Turedjam, TI Kayapó, próxima a áreas de garimpo



Imagens mostram avanço do garimpo próximo a aldeia Turedjam entre 2017 e 2020 | Planet/MapBiomas



Garimpo na região do Rio Fresco, entre o Ig. do Caminho e o Ig. Jakairô, entre 2017 e 2020 | Planet/MapBiomas



Garimpo na Terra Indígena Kayapó | divulgação

2.2 - TERRA INDÍGENA BAÚ

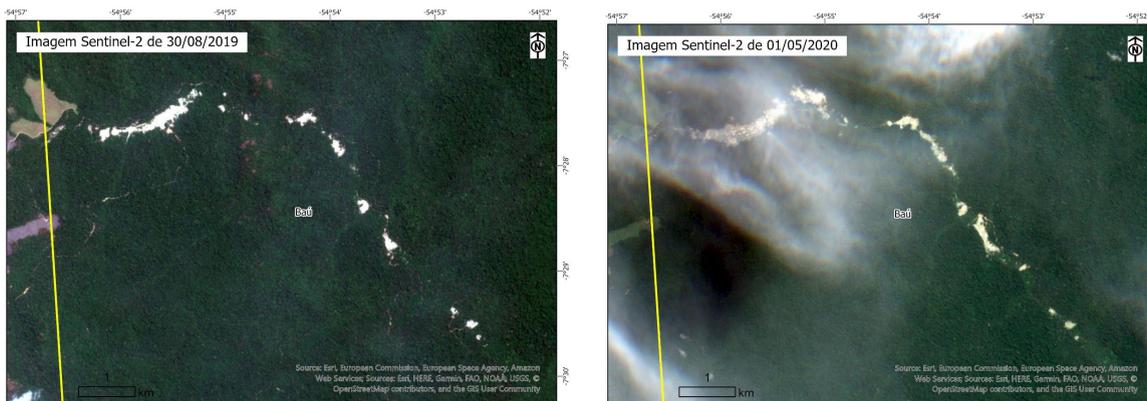
À revelia do avanço da pandemia da Covid-19 e das fortes chuvas, um sobrevoo realizado na Terra Indígena Baú no início de abril confirmou a presença de garimpeiros nas regiões oeste e central do território Kayapó e entorno.

A atividade monitorou os garimpos Nova Esperança, Novo Horizonte, Pista Velha, Pista Nova e Coringa, localizados na TI. O sobrevoo também avaliou as condições do garimpo Esperança IV, no distrito de Castelo dos Sonhos, localizado a mais de 100 km da TI mas cujos afluentes drenam para o rio Curuá, principal curso d'água que cruza essa terra indígena. O garimpo é objeto de Ação Civil Pública² de autoria do MPF e que tem o Ibama como réu.

² Ação Civil Pública nº 1002310-58.2019.4.01.3903



Garimpo Esperança IV, em imagem feita durante sobrevoo em abril de 2020



Imagens de satélite mostram avanço do garimpo Coringa entre 2019 e 2020

Os garimpos localizados no interior da TI Baú são antigos, com algumas das áreas tendo sido abertas na década de 1980, em momento anterior, portanto, à demarcação da TI Baú. Essas áreas estiveram abandonadas durante muitos anos e, em 2018, passaram a ocorrer tentativas de retomada por parte de garimpeiros. Desde o início das medições em 1988 até 2017 foram desmatados pouco mais de 24 hectares na região, e apenas entre 2018 e maio de 2020, as áreas de garimpo já superam 90 hectares.



A ação do Instituto Kabu, a partir de 2008, conseguiu restringir as invasões, mas em período recente a situação fugiu de controle, principalmente devido ao aumento significativo do preço do ouro nos mercados internacionais associado à limitação das operações de repressão a atividades ilícitas na região por parte do Ibama. Há meses as comunidades vêm mencionando o movimento constante de aeronaves em direção ao interior da TI Baú, com um aumento notável.

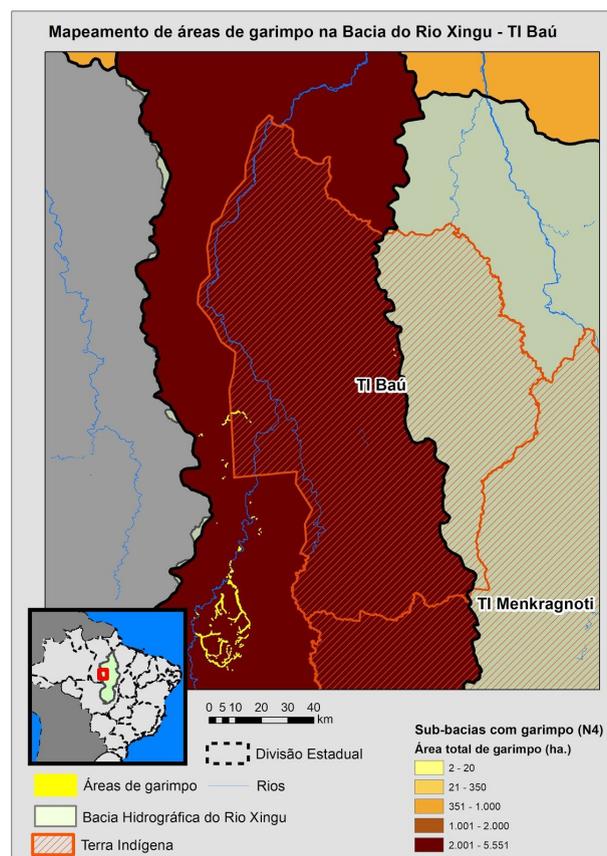
As evidências revelam uma escalada nas invasões que podem ter graves consequências para os Kayapó, tanto com relação às ameaças à integridade de seus territórios, como pela poluição de igarapés e rios e destruição de seus recursos naturais.

A Rede Xingu + já encaminhou três denúncias relativas ao garimpo ilegal entre 2019 e 2020. A mais recente, de abril deste ano, revela desmatamento detectado no garimpo Coringa, entre o projeto de mineração Coringa e a aldeia Kamure. A dinâmica de desmatamento na região apresenta sinais de atividade constante desde março de 2019.

Análise feita pelo MPF mostra que o rios Curuá e Baú já estão contaminados por mercúrio. Foi o que revelou as amostras de tecidos de três espécies de peixes (piranha, pescada e mandubé) e de tracajá, coletados desses rios em 2019. Algumas dessas amostras apresentaram taxas de mercúrio acima do limite seguro para ingestão diária, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



Rio Curuá sujo com rejeitos de garimpo, TI Baú | divulgação



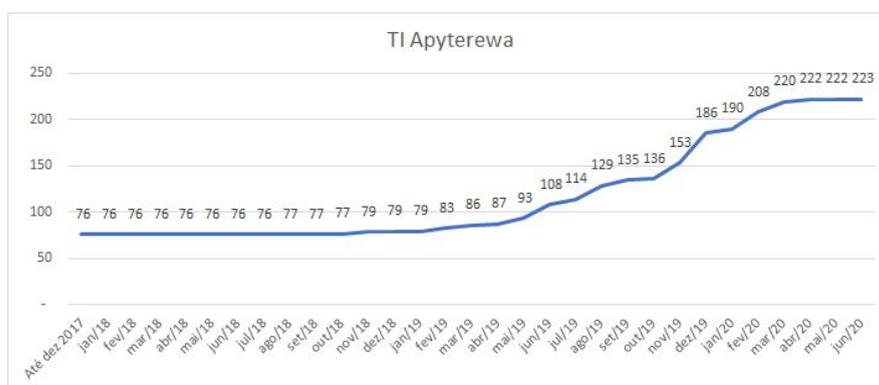


Avanço do garimpo nos limites da TI Baú entre 2017 e 2020 | Planet/MapBiomas

2.3 - TERRA INDÍGENA APYTEREWA

O território do povo Parakanã sofre fortes pressões das áreas no entorno, que ensejam abertura de áreas para pecuária e garimpo ilegal. Os primeiros registros da atividade garimpeira são de 1974, concomitante ao contato com os indígenas no começo da década de 1970. O garimpo avançou ao longo da década de 1980 e 1990, provocando conflitos e invasões na Terra Indígena Apyterewa, que viria a ser homologada apenas em 2007.

Em 2019 foram desmatados 7.735 hectares, o que colocou a área protegida em segundo lugar no ranking das TIs mais desmatadas na Amazônia Legal naquele ano.

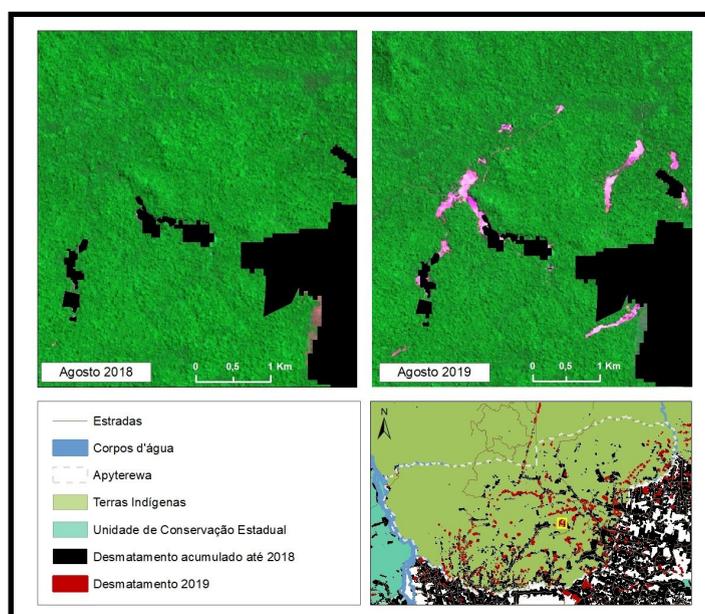


Durante a década de 2000 houve conflitos violentos entre garimpeiros e o povo Parakanã. Após um período de fortes invasões iniciado em 2003, houve uma diminuição da pressão a partir de 2012. Essa data coincide com o início das iniciativas de retirada dos ocupantes não indígenas, que culminaram em uma primeira desintrusão em 2016. Em 2017, o Ministério da Justiça prorrogou o emprego da Força Nacional para dar continuidade às operações de desintrusão, mas até o momento, no entanto, a desocupação dos não indígenas não foi

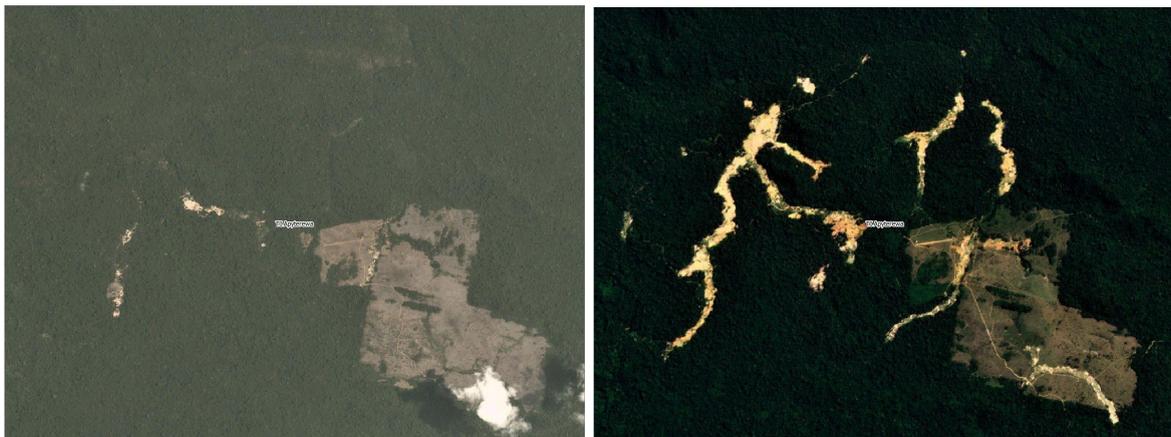
finalizada. Menos de 20% da área da TI está sob a inteira posse dos indígenas, segundo a Funai.

Em 2019 a Rede Xingu + encaminhou uma denúncia sobre garimpos ilegais em duas regiões da TI. No garimpo localizado na região centro-leste foi detectado desmatamento de 50 ha em agosto daquele ano. Já no garimpo conhecido localmente como “Pista Dois”, ao norte da TI, no afluente do igarapé Bom Jardim, foi detectado o desmatamento de 2 hectares no mesmo mês. Os dois desmatamentos revelam garimpos ativos que estão operando intensamente e com alto poder de degradação ambiental. Os garimpos utilizam maquinários pesados e estão sendo financiados por pessoas que estavam antes ligadas à grilagem de terras na TI.

Com 76 hectares desmatados por conta do garimpo até 2017, a região já atingiu a marca de 146,4 hectares entre 2018 e maio de 2020.



Apyterewa foi uma das áreas que mais sofreu com a interrupção das operações do Ibama em abril deste ano. A presença do órgão na área entre os meses de março e abril ensejou uma redução de 40% no desmatamento em relação ao mesmo período do ano anterior. Em maio, porém, após o fim das ações de fiscalização, o desmatamento aumentou em 393%, contabilizando 78 hectares desmatados no mês.



Imagens de satélite mostram avanço do garimpo na TI Apyterewa entre 2017 e 2020 | Planet/MapBiomass

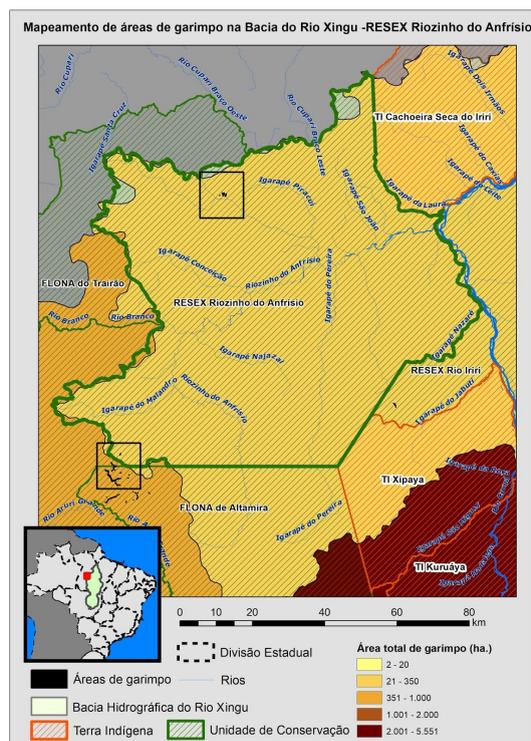
2.4 - RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO

Após 14 anos de inatividade, o garimpo Fortaleza foi reativado na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio em 2018. No mesmo ano um novo garimpo, conhecido como “SW” foi aberto no extremo sudoeste da Área Protegida.

Fechado desde a criação da Resex Riozinho do Anfrísio em 2004, o garimpo Fortaleza, mostrou sinais de reativação em 2018, mediante o uso de maquinário pesado. Já o garimpo SW consiste de duas frentes de trabalho, também abertas com equipamentos pesados. A análise das imagens de radar permite determinar que foi aberto entre os meses de fevereiro

e abril de 2018, isto é, durante a época de chuvas.

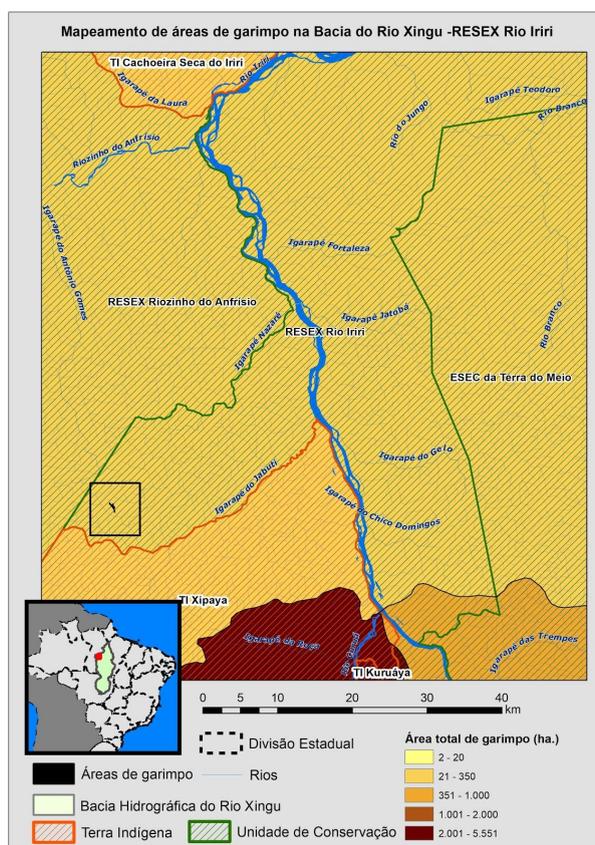
Em setembro de 2019 uma nova denúncia feita pela Rede Xingu+ revelou a rápida expansão do garimpo Fortaleza durante os meses de maio a julho de 2019, colocando em risco o território e as famílias beiradeiras que ali vivem.



2.5 - RESERVA EXTRATIVISTA RIO IRIRI

Vizinha à Resex Riozinho do Anfrísio, a Resex Rio Iriri também enfrenta a pressão da atividade de garimpo ilegal. Em 2019, a Rede Xingu + denunciou a abertura de uma pista de pouso e garimpo ilegal na região. Foram detectados garimpos de cassiterita e ouro no centro da Resex, na região do Lajeiro, próxima ao polo Manelito - local de grande circulação e referência para os beiradeiros.

Em setembro de 2019, outra denúncia revelou a abertura e manutenção de uma pista de pouso ilegal para exploração de garimpo, localizada no Igarapé do Jabuti, em região próxima aos limites da Resex Riozinho do Anfrísio e da TI Xipaya. Em imagem de satélite de dezembro de 2018 já era possível identificar a existência da pista na região indicada pelos relatos de moradores.



2.6 - TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA

O garimpo na Resex Rio Iriri está fora de controle e já extrapolou para a Área Protegida vizinha, a Terra Indígena Cachoeira Seca. Sem indícios de garimpo até o ano passado, a região possui intensa grilagem de terras e altas taxas de roubo de madeira, figurando no ranking das TIs mais devastadas do país nos últimos anos.

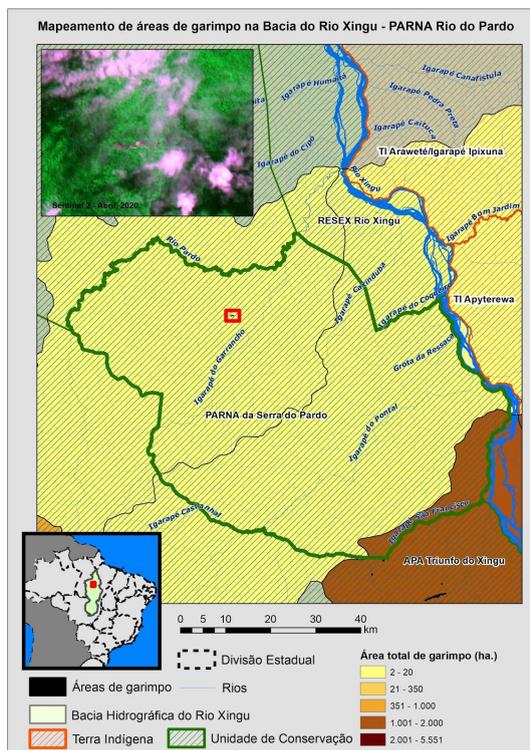
Em 2019 os indígenas retiveram um grupo de garimpeiros que estava prospectando minério em sua área. O grupo era formado por pessoas ligadas às invasões no ramal da Maribel e foi liberado após alguns dias sem necessidade de intervenção das autoridades, após o compromisso de não retornarem. Entretanto, relatos de moradores revelam que o mesmo grupo voltou e está trabalhando apoiado por famílias invasoras da área.

2.7 - PARQUE NACIONAL SERRA DO PARDO

Em outubro de 2019 foi denunciada a abertura de uma área de garimpo ilegal no Parque Nacional (Parna) Serra do Pardo, na Terra do Meio. O desmatamento ocorreu em um afluente do Igarapé do Garrancho, tributário do Rio Pardo, ao norte da Área Protegida. A

área desmatada de 1,5 ha foi detectada no mês de julho e evidencia a intensidade de degradação gerada pelo garimpo em apenas um mês de atividade.

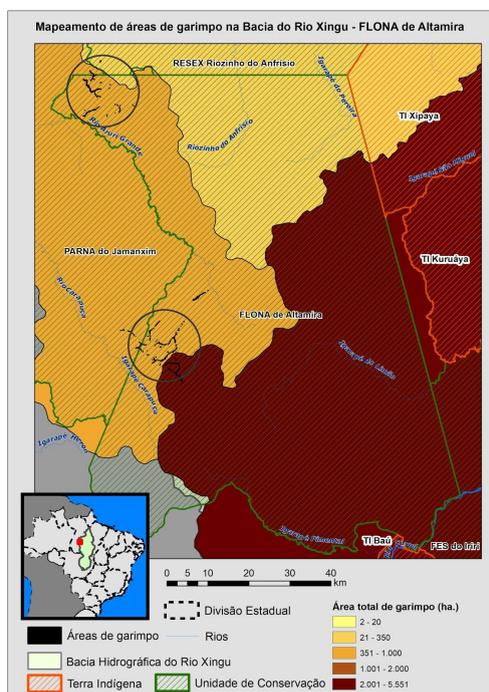
Os infratores são os mesmos que tem financiado os garimpos na Área Protegida vizinha, a TI Apyterewa. Moradores relatam intimidações por parte dos invasores, que espalham boatos de que área não estaria mais protegida, que ICMBio e Ibama não funcionam e que o garimpo foi legalizado.



2.8 - FLORESTA NACIONAL DE ALTAMIRA

Na Floresta Nacional (Flona) de Altamira foram detectados garimpos ilegais dentro de uma área de concessão florestal, em que 146 hectares foram desmatados para exploração minerária entre janeiro de 2019 e março de 2020.

A denúncia, feita em abril deste ano, além de destacar que o garimpo incide sobre uma área de concessão florestal, volta a apontar o desmatamento previamente denunciado no ano anterior: foram detectados 292 hectares desmatados em duas frentes de garimpo ilegal: uma na região noroeste, no município de Trairão, e outra na região oeste, divisa com o Parque Nacional (Parna) do Jamanxim, nos municípios de Itaituba e de Altamira. Essas frentes já haviam sido identificadas na época da elaboração do plano de manejo da Unidade de Conservação, finalizado em 2012. Ainda, no mês de junho de 2019, foi identificada a abertura de uma pista de pouso clandestina no garimpo oeste.



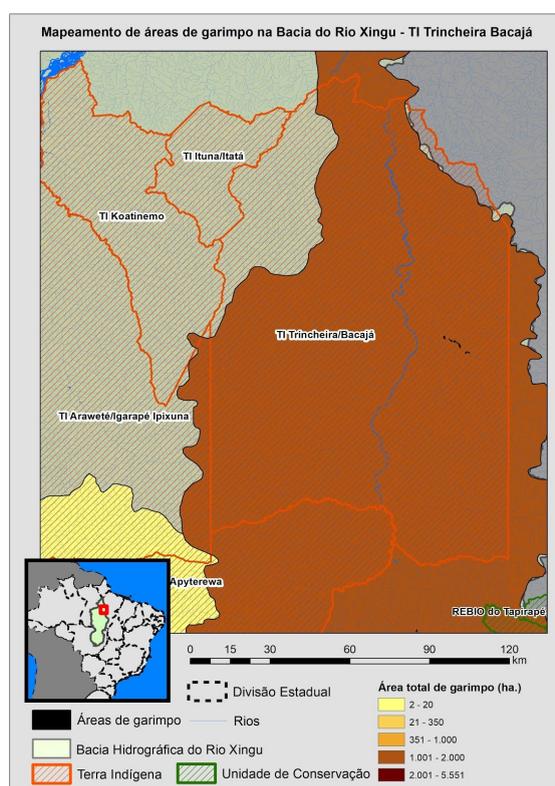
Localização das regiões com garimpo ilegal na Flona de Altamira

2.9 - TERRA INDÍGENA TRINCHEIRA BACAJÁ

Em agosto de 2019, guerreiros e caciques Mebêngôkre-Xikrin da Terra Indígena Trincadeira Bacajá denunciaram ao Ministério Público Federal frentes de invasões dentro dos limites de sua terra. Em sobrevoo feito em agosto do mesmo ano, autoridades de proteção territorial registraram enormes faixas de áreas desmatadas com lotes, casas e garimpos ilegais.

As invasões vieram seguidas de ameaças de morte contra indígenas. Além disso, o aumento da pressão de invasões e abertura de garimpos ilegais, intensificado no ano passado, fragiliza as condições ambientais da Terra Indígena, que já sofre os impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Os Xikrin relatam a existência de garimpos ilegais dentro dos limites de seu território, como o caso do garimpo do Manelão e da Grota Rica.



3 - MERCÚRIO, VENENO QUE MATA GERAÇÕES

O mercúrio (Hg) é um metal de alta toxicidade e insumo da cadeia de produção do ouro - desde as atividades de prospecção artesanal até de escala empresarial – sendo utilizado na etapa de amalgamação do metal. Nesse processo, a queima gera perdas de mercúrio para solos, águas e rejeitos e emissão de mercúrio para a atmosfera, cujas quantidades perdidas variam em função da adoção de medidas de controle e abatimento de emissões/perdas, que variam de acordo com o grau de legalidade/ilegalidade da atividade.

A estimativa da perda total de mercúrio pela mineração artesanal e de pequena escala de ouro (MAPEO) no Brasil é em torno de 30% da massa. Em um cenário otimista, a massa perdida total de mercúrio no ano de 2017 foi estimada em 18,5 toneladas, sendo que 60% seriam perdas para a atmosfera e 40% para solos, águas e rejeitos. Já no cenário pessimista, considerando um incremento da produção ilegal de ouro em oito vezes a quantidade de produto declarado, estimou-se perda total de 221,5 toneladas de mercúrio, 60 toneladas para solos e rejeitos e rios, 161,5 toneladas para emissão de atmosfera.

O mercúrio é extremamente perigoso para a vida intrauterina e para o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida, sendo capaz de comprometer os sistemas nervoso, imunológico, digestivo, respiratório e urinário e a visão.

A Convenção de Minamata³ foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Presidencial no 9.740/2018 e estabelece regramento internacional para exploração, comercialização e uso do mercúrio, com vistas à redução e vislumbre de eliminação do uso do mercúrio na cadeia produtiva do ouro e, conseqüentemente, redução das emissões e liberação de mercúrio no meio ambiente.

A Convenção reconhece a especial vulnerabilidade de comunidades indígenas à contaminação por mercúrio por conta da biomagnificação do mercúrio devido à contaminação de alimentos tradicionais, como peixes. Na Amazônia, há impacto significativo da contaminação por mercúrio sobre povos indígenas e comunidades tradicionais cujos territórios são alvo do garimpo ilegal.

O Brasil não é um país produtor de mercúrio⁴, de forma que todo mercúrio utilizado no garimpo de ouro na Amazônia é de origem estrangeira e deveria ser submetido aos controles previstos na Convenção de Minamata. Infelizmente, a maior parte do mercúrio utilizado em garimpos na Amazônia não provém de fontes lícitas. Junto ao aperfeiçoamento legislativo derivado da Convenção de Minamata, há que se somar o esforço para mapeamento de rotas de entrada de mercúrio ilegal no país e de mecanismos de desvio do insumo legalmente importado para atividades ilícitas, o que exige ações de repressão ostensiva, controle de fronteiras, inteligência e investigação.

4 - RIOS TÓXICOS

Mais ao sul da Terra do Meio, a TI Baú também assistiu uma retomada de garimpos antigos a partir de 2018. Desde o início das medições em 1988 até 2017 foram desmatados pouco mais de 24 hectares na região, e apenas entre 2018 e maio de 2020, as áreas de garimpo já superaram 90 hectares.

A escalada nas invasões pode ter graves consequências para os Kayapó, tanto com relação às ameaças à integridade de seus territórios, como pela poluição de igarapés e rios e destruição de seus recursos naturais.

³ A Convenção de Minamata, assinada em 10 de outubro de 2013, foi nomeada em razão dos efeitos causados pela contaminação por mercúrio ocorridos na Baía de Minamata, no Japão, local no qual uma “*indústria de ácido acético lançou reiteradamente efluentes contendo metilmercúrio entre 1932 e 1968, causando complicações sanitárias a 50 mil pessoas, consumidores regulares de peixes contaminados. Nos casos mais graves, os contaminados pelo mercúrio desenvolveram a Doença de Minamata, caracterizada por lesões cerebrais, paralisias e estados delirantes*” (MPF, 2020).

⁴ Não há nenhum título minerário, seja de pesquisa ou lavra, cadastrado como ativo para a substância na ANM.

Análise feita pelo Ministério Público Federal em 2019 mostra que os rios Curuá e Baú, que banham a TI, já estão contaminados por mercúrio. Amostras de peixes apresentaram taxas acima do limite seguro para ingestão diária, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No rio Baú, os níveis de mercúrio consumidos diariamente na dieta dos indígenas, levando em consideração amostras de mandubé e piranha, extrapolaram os limites recomendados pela OMS em mais de 100%, atingindo pouco mais de 1µg.kg e 1,35 µg.kg respectivamente.

O Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá também chamam atenção para os impactos de garimpos fora dos limites, nas cabeceiras dos rios Branco e Bacajá. Essa exploração impacta a qualidade da água do rio Bacajá que banha 11 das 17 aldeias da TI.

Entre abril e maio de 2020 foram identificados 562 hectares de área de garimpo em 20 sub-bacias do Xingu, totalizando 21.992 hectares desmatados para este fim. O mapeamento foi realizado no início de maio de 2020 pela equipe Sirad X nas sub-bacias do Rio Xingu: Rio Aquiri, Rio Pardo, Rio Fresco-Rio Preto, Igarapé Bom Jardim, Rio Fresco-Rio Riozinho, Rio Iriri-Riozinho do Anfrísio, Médio Rio Fresco, Rio Xingu-Parna Rio Pardo e Resex Rio Xingu, Baixo Rio Fresco, Rio Aruri Grande, Rio Xingu-APA Triunfo do Xingu e TI Kayapó, Rio Iriri-Igarapé do Bala, Rio Fresco-Rio Trairão, Rio Xingu-APA Triunfo do Xingu, Rio Bacajá, Alto Rio Fresco, Rio Curuá, Rio Fresco-Rio Arraias, Rio Fresco-Rio Branco)

